

UMA FRONTEIRA ESQUECIDA E UM VIZINHO A SE DESCOBRIR: A EMANCIPAÇÃO GUYANENSE AO EXTREMO NORTE DO BRASIL

DOI: 10.5935/2177-6644.20170008

A FORGOTTEN FRONTIER AND A
NEIGHBOR TO BE DISCOVERED:
THE GUYANENSE EMANCIPATION
IN THE EXTREME NORTH OF
BRAZIL

UNA FRONTERA OLVIDADA Y UN
VECINO A DESCUBRIR:
LA EMANCIPACIÓN GUYANENSE
AL EXTREMO NORTE DEL BRASIL

Américo Alves de Lyra Junior *

Rayanne Santos Silva **

Resumo: O artigo visa apresentar um ponto de vista sobre a independência da Guyana, país fronteiriço ao Brasil no seu extremo norte. A condição de fronteira fez com que as autoridades brasileiras, por meio da diplomacia, passassem a acompanhar o desenvolvimento da vida pública da jovem república caribenha. A investigação se deu por cartas diplomáticas que seguiam de Georgetown para Brasília, com o intuito de noticiar as relações internacionais que influenciavam os assuntos domésticos da Guyana.

Palavras chave: Guyana. Brasil. Cartas Diplomáticas. Descolonização. Guerra Fria.

Abstract: The article aims to present a point of view on the independence of Guyana, a country bordering Brazil in its far north. The border condition caused the Brazilian authorities, through diplomacy, to follow the development of the public life of the young republic of the Caribbean. The investigation was carried out by diplomatic letters from Georgetown to Brasília, with the purpose of reporting the international relations that influenced the domestic affairs of Guyana.

Keywords: Guyana. Brazil. Diplomatic Letters. Decolonization. Cold War.

Resumen: El artículo pretende presentar un punto de vista sobre la independencia de Guyana, país fronterizo a Brasil en su extremo norte. La condición de frontera hizo que las autoridades brasileñas, por medio de la diplomacia, pasan a acompañar el desarrollo de la vida pública de la joven república caribeña. La investigación se realizó a través de cartas diplomáticas que seguían de Georgetown a Brasília, con el fin de noticiar las relaciones internacionales que influenciaban los asuntos domésticos de la Guyana.

Palabras clave: Guyana. Brasil. Cartas Diplomáticas. Descolonización. Guerra Fría.

* Doutor em História pela Universidade de Brasília, UnB. Professor Associado 1 da Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: americodelyra@uol.com.br

** Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Roraima, UFRR. E-mail: rayannesansilva@gmail.com

Introdução

O presente artigo é oriundo de investigações pós-doutorais em relações bi e multilaterais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, IREL/UnB, com desdobramentos em um projeto de pesquisa que se ramificou em outros subprojetos no Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal de Roraima, o PIBIC/UFRR. Processo que não se manteve apenas na perspectiva daquela perquirição institucional. Avançou em termos de formação universitária, influenciando um Trabalho de Conclusão de Curso na subárea História das Relações Internacionais do Brasil, HRIB.

Com atenção nas descolonizações que aconteciam em pleno começo de Guerra Fria, as fontes consultadas informavam da visão diplomática brasileira sobre a independência da Guyana¹ e do seu começo de vida nacional. Nesse sentido, esse ensaio, então embasado nas reflexões apresentadas na finalização do curso de graduação, apresenta a seguinte ordem argumentativa. Discute a emancipação guianense a partir de conceitos caros ao realismo político de Hans Morgenthau, considerando a vida pública interna ao recém país caribenho.

Descolonização e equilíbrio de poder

O processo de independência da Guyana pode ser pensado, a partir do conceito de equilíbrio de poder. As premissas históricas principais se baseiam no fim do grande conflito mundial e começo da Guerra Fria. Tem-se o processo de emancipação guianense por interesses externos, em particular dos Estados Unidos da América, EUA, Grã-Bretanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. Compreende-se que a antiga potência europeia perde prestígio e, com ele, sua possessão americana. Articula-se a descolonização junto ao líder americano, ao desejo do colonizado em romper com a dependência política. Mas o contentor da Eurásia também se encontra satisfeito, em poder disputar mais uma zona de influência.

A emancipação da Guyana teve início em 1946, mas somente consolidou o processo no ano de 1966 e em pleno contexto de distensão política da Guerra Fria.

¹ Optou-se pela grafia oficial da nação, utilizada desde a independência.

Momento que as nações europeias estavam em desvantagem na balança de poder conforme conceito usado por Hans Morgenthau (2003, p. 368). Segundo o autor, essa concepção expressa a materialidade de uma ordem política capaz de organizar os mais amplos interesses, também internacionais a partir do desejo de um ou mais países hegemônicos. Nesse sentido, as antigas potências do velho mundo, então fragilizadas, viram-se coagidas por suas colônias, as quais buscavam liberdade.

No tocante àquela menção sobre liderança, destaca-se que os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tornaram-se as duas mais importantes supremacias, após a Segunda Guerra Mundial. Bem como, a partir do final da década de 1940, elas começam a disputar suas ambições em nível global, como, por exemplo, a procura por zonas de influência. No velho Mundo, os estadunidenses desenvolveram a doutrina Truman, de 12 de março e o plano Marshall, de 5 de julho. Os soviéticos recusaram os apoios, por entenderem que eles prejudicariam suas ambições. As relações internacionais desse período indicavam um mosaico de possibilidades. Conforme Lyra Junior (2013, p. 158):

Nesse mosaico os EUA mostravam-se preocupados com uma Europa Ocidental esgotada financeiramente e que acompanhava o avanço das forças de esquerda no interior de suas nações. Observa-se não só o avanço daquelas forças, mas também de nacionalismo que se arrastavam de oeste a leste da região. Frisa-se que o esgotamento financeiro favoreceu a ocorrência exitosa de movimentos independentista e nacionalista nos impérios europeus (LYRA JUNIOR, 2013, p. 158).

No tocante à descolonização, o caso guyanense apresenta as seguintes características: organizações políticas fragmentadas que representam a sociedade, então dividida por interesses setoriais e extratos étnicos (LIMA, 2011, p.47). Essa realidade representou o concerto em que interesses foram disputados. De um lado, a cobiça das duas principais nações, de outro a dialética entre a Grã-Bretanha e sua colônia na América do Sul.

Neste caso, tem-se o PAC *Bulletin* (*Political Affairs Committee*), fundado em 1946 por Cheddi Jagan, Janet Jagan, Jocelyn Hubbard e Ashton Chase. O periódico adotou o modelo do comitê dos Estados Unidos da América para, depois, propagar a teoria marxista, com a intenção de se opor ao colonialismo britânico e transformando-se no maior partido multirracial: o *People's Progressive Party* (PPP) foi a força responsável pelo movimento nacionalista anticolonial em plena Guerra Fria (ISHMAEL, 2013, n. 122).

As condições do momento eram delicadas. De um lado estavam os Estados Unidos da América e Grã-Bretanha e, de outro, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas influenciando diretamente na independência do país e também na sua política interna. Acredita-se, portanto, que essa afirmação tem fundamento no fato de Cheddi Jagan, primeiro líder do partido, ter convidado Forbes Burnham para membro executivo da agremiação. Burnham era carismático e atraía jovens afro-guyanenses. Ele, à época, havia retornado de Londres, onde dirigia a frente da união ocidental dos estudantes indianos, então associada aos comunistas britânicos.

O PPP instaurou um programa de educação política em massa que se dava por meio de reuniões públicas em todo o país, e demandava um autogoverno e uma constituição progressista antes mesmo da emancipação da colônia. Para Ismhael (2013, 122-123), uma das consequências dessa ação foi atrair guyanenses de diversas origens para a causa. O país contava com a presença de nacionais de origem africana, chinesa e indiana. De acordo com Lima (2011, p.48), Jagan e Burnham obtiveram vitória notória na primeira eleição com sufrágio universal, pois conquistaram 18 das 24 cadeiras do parlamento e constituíram o primeiro governo marxista.

No entanto, o projeto de descolonização britânico era conservador para impossibilitar qualquer aproximação de uma de suas ex-colônias com a URSS, potência representante dos ideais marxistas. Até então, na Guyana foi constituído o único governo marxista daquele processo de descolonização, quando a metrópole oferecia um grau bastante alto de autogoverno associado a um amplo processo de direito de voto. Por isso, havia uma postura britânica de intervir naquele governo, através do Escritório Colonial Britânico, suspendendo a constituição.

De acordo com Morgenthau (2003, p. 51): “o poder político consiste em uma relação entre os que o exercitam e aqueles sobre os quais ele é exercido”. Ou seja, a luta pelo poder pode ocorrer tanto interna quanto externamente. No primeiro caso, com as forças existentes em um determinado país. Externamente, com forças de um país contra o outro, impossibilitando a capacidade de participação ativa do poder de um país em seu próprio território. Por um longo período a Guyana foi palco da disputa pelo poder antes mesmo de conquistar a emancipação do governo britânico.

A diplomacia brasileira mostrou-se atenta com essa característica. Considerou que a disputa incluía Estados Unidos da América, Grã-Bretanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, todas com suas táticas de influência. Autoridades diplomáticas

brasileiras buscavam entender a jovem nação caribenha. Os telegramas produzidos na década de 1960 mostram a importância dos partidos políticos com atenção especial às eleições que ocorreriam no mês de dezembro de 1968. Nesse período ocorreu grande troca de informações entre Brasília e Georgetown para estabelecer conhecimento e transmitir as impressões sobre a política interna da Guyana depois da descolonização.

Os relatórios foram apresentados pelo Encarregado de Negócios, Raymundo Nonato Loyola de Castro, ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, José de Magalhães Pinto. As disputas pelo poder revelavam fragilidades estruturais no Estado, aproveitadas pelas duas principais potências da época. Como afirma Morgenthau (2003) o governo tem fontes de forças ou fraquezas referentes a fatores do poder nacional. Por isso, tem-se a análise sobre a formação do país. O representante do Brasil inicia esses relatos criando uma retrospectiva das tendências e indicando perspectivas que iniciam em 1950.

Partidos e a política interna da Guyana

Na visão da embaixada brasileira em Georgetown, até 1955, a Guyana foi dominada pelo PPP, único partido com a ideologia do socialismo científico, pelo menos no entendimento do seu fundador e líder Cheddi Jagan. Era uma agremiação que congregava elementos representativos das duas facções raciais, os indianos e negros e procurou lutar até 1968 pela conquista do poder político na Guyana. Durante a formação do partido socialista dois líderes se tornam evidentes, Cheddi Jagan e Forbes Burnham. Isso reflete na concepção defendida por Morgenthau (2003) que argumenta acerca dos representantes políticos que surgem dentro de um Estado como sendo responsáveis por manejar o poder e exercitar as políticas dentro de sua nação.

No decorrer da construção política do país, Jagan e Burnham deixaram-se influenciar por motivações e influxos circunstanciais, no momento em que havia o desinteresse inglês e a eclosão de movimentos emancipacionista na África e na Ásia. Por isso, o processo de libertação do país ressentiu-se no início de um verdadeiro ideal nacionalista resultante da união entre todas as forças vivas da região. Os dois principais líderes pugnaram, por um longo período, nas mesmas hostes partidárias (Telegramas recebidos da Embaixada em Georgetown, 15/10/1968; n.9).

Contudo, toda a vida política de um país também é marcada por lutas contínuas pelo poder (MORGENTHAU, 2003, p. 64). Na Guyana era evidente as diferenças entre os principais líderes políticos que dariam início a essa luta. Enquanto Jagan liderava o grupo dos socialistas revolucionários, Burnham comandava a facção moderada. Isso é evidenciado na afirmação de Raymundo Loyola de Castro:

Cedo, entretanto, surgiram sérias divergências entre o atual primeiro ministro e o fundador do partido ora opositor. Dessas divergências resultou, em fevereiro de 1955, a cisão entre os “jaganites” e os “burnhamites”, como foram cognominados os adeptos de Jagan e Burnham. Numa entrevista que concedeu a imprensa da Jamaica, Burnham declarou então que suas divergências com Jagan eram ideológicas e táticas. E acrescentou textualmente: “Estava convicto de que o PPP não era comunista. O movimento nacional, entretanto, não deve ser sectário e não pode ser conduzido de modo a dar impressão de que o nosso partido é comunista; pois seria suicídio, tendo em vista nossas condições geográficas peculiares, gritar pra todo mundo que somos comunistas” (Telegramas enviados da Embaixada em Georgetown, 1968. n. 9).

A partir da separação dos líderes, a disputa pelo poder ficou mais concentrada. Essa disputa teve reflexo na formação dos maiores partidos capazes de conquistar o poder político no país, cada qual com sua ideologia.

Para Morgenthau (2003), embora qualquer política consista em uma luta pelo poder, as ideologias tornam o envolvimento nessa disputa aceitável para os atores e suas plateias, tanto moralmente quanto psicologicamente. Assim, os políticos não conseguem esquivar-se de “representar um papel” quando utilizam suas ideologias políticas para esconderem a verdadeira natureza de suas ações.

Quando Burnham deixou o PPP, fez-se acompanhar de quase todos os intelectuais do partido deixando-o assim inteiramente nas mãos de Jagan e da sua esposa Janet. Ela se tornou verdadeira mentora dos passos da agremiação. Com efeito, a senhora Jagan, desde a criação do PPP, apossou-se do cargo chave do partido tornando-se secretária geral em caráter praticamente permanente. A princípio o PPP se mostrou muito eficiente e bem organizado como partido político. Porém, com o passar do tempo, ficou provado o contrário.

O partido, como entidade, deixou muito a desejar e o trabalho de proselitismo e propaganda política, desenvolvido de 1953 até 1968, dependia muito mais da personalidade dos seus líderes do que propriamente da eficiência do PPP como máquina

partidária. Acerca disso, Morgenthau afirma que “o líder de um partido dispõe de poder político desde que seja capaz de moldar as ações dos membros do partido de acordo com a sua vontade” (MORGENTHAU, 2003, p.56).

Por essa razão consta nas correspondências o discurso de Jagan, líder do PPP, partido nacional anti-imperialista formado por diversas camadas populares, por classes trabalhadoras, pela classe média, por capitalistas, por homens de negócios nativos, abrangendo também os comunistas, os democratas, os capitalistas nacionais, os servidores públicos e as pessoas de profissões liberais.

O PPP, em 1968, época em que o telegrama foi escrito, era um partido puramente de esquerda apoiado de forma maciça pelos indianos, os chamados *East Indians*. Alguns deles recusam-se a votar em Jagan, por recearem que ele implantasse um regime comunista no país. Os *East Indians* eram numerosos e apresentavam um alto índice de crescimento demográfico. Esta peculiaridade do partido de Jagan parece ser ofensivo a qualquer disputa eleitoral, tendo em vista que as regras que norteiam o jogo político partidário na Guyana, eram definidas pelo voto racial.

Perante esses fatos, fica evidente que o representante do Brasil enviado a Georgetown, diante de tudo o que vive e presencia no país busca formar uma concepção que no momento vivido acaba se tornando adversa ao partido de Jagan, por representar o comunismo vivido na Guyana. As cartas diplomáticas também afirmam que Burnham chegou a fazer declarações em 1968 através da entrevista à imprensa da Jamaica que suas divergências com Jagan eram ideológicas e táticas e acrescentou que estava convicto de que o PPP não era comunista (15/10/1968; n.9).

Em agosto de 1957, Burnham, já afastado do PPP, fundou um novo partido, o People's National Congress (PNC). Com o apoio da grande maioria dos africanos principalmente da Costa Leste do Demerara o que, de certa forma, ajudou a polarizar a política partidária seguindo as linhas raciais. É importante ressaltar que nesse período específico a Guyana continuava sendo dirigida e manipulada por Jagan e sua mulher, ambos marxistas confessos.

Assim, o PPP continuou a comandar o apoio de uma parte significativa da população africana, o que para Burnham era preocupante. Por isso, Burnham decidiu se aliar a classe média africana que passou a apoiar o líder do PNC. Cabe aqui informar que o processo eleitoral estava isento de motivações e influxos raciais. A partir da separação dos líderes, a disputa pelo poder ficou mais concentrada.

Acerca desse dilema, Castro (1968) afirma que o tempo e a rivalidade acentuada entre Jagan e Burnham, tornou o PNC em um partido racista e contra Jagan. Burnham assumiu a liderança absoluta da comunidade africana, que ocupava boa parte das áreas urbanas do país, como a capital, Georgetown, com dedicação principal nos serviços burocráticos e públicos, entre administrativos, magistério, outros nas forças armadas e policiais, os trabalhos em fábricas e também em empresas urbanas. Por outro lado, os indianos, parte opositora nas batalhas políticas, se fixaram em grande massa de trabalhadores das usinas de açúcar, como proprietários de pequenas plantações de arroz, que se localizavam na costa. Os *nouveaux riches*, grupo dos socialistas guyanenses preferiram viver nas regiões periféricas dos centros urbanos.

Burnham planejava organizar os políticos africanos que pudessem compor uma frente anti-PPP com capacidade de atrair outros africanos do país para seu partido. Por sua vez a classe média africana estava representada pelo *United Democratic Party* (UDP), partido democrático unido que iniciou as negociações com Burnham em 1958. No ano seguinte, os dois partidos realizaram um congresso em Georgetown e a partir daí a UDP se desmembrou e parte de seus membros foram incluídos no PNC.

Esse novo partido pertencia a diferentes ideologias. Enquanto uns eram socialistas, outros eram fortemente conservadores e pró-capitalistas, o que causava opiniões adversas nas reuniões do partido e gerava confusão entre os partidários. Em meio a sua formação, o partido teve grandes dificuldades ficando a princípio impossibilitados de formular uma declaração de política oficial (ISMHAEL, 2013, 148).

Quanto a isso, a percepção do Encarregado de Negócios que fornecia as informações, era que Burnham em sua juventude tornou-se marxista, chegando a se registrar como membro que militava pelo partido comunista britânico. Com isso, se converteu ao socialismo moderado de centro-esquerda e de acordo com observadores políticos, foi a influência dos intelectuais do partido trabalhista inglês sobre Burnham que fomentaram a cisão do PPP com o PNC, quando apresentaram ao Primeiro Ministro a possibilidade de se tornar líder do governo desde que combatesse o comunismo e renunciasse as ligações que tinha com Jagan. Na liderança do seu novo partido, Burnham iniciou em 1957, a campanha que atacou duramente Jagan e os seus correligionários sob acusação de adotarem uma política racista que hostilizava os eleitores das comunidades negras (Telegramas recebidos da Embaixada em Georgetown, 15/10/1968. N.9).

A partir da liderança de Burnham no partido, os conflitos entre PPP e PNC aumentaram e as diferenças étnicas foram determinantes nesse processo. As disparidades entre os partidos resultaram numa série de protestos violentos no país, que eram controlados pelas autoridades inglesas com intervenções através de tropas militares, o que posteriormente levaria a declaração de estado de emergência no país, mas acarretaria também na mudança do sistema eleitoral. Ainda nesse período, ambos os líderes utilizavam dos meios midiáticos para expor suas ideologias e fazer declarações com o intuito de obter o máximo de adeptos. Dentre as várias declarações de Burnham, Castro (1968, n.9) destaca:

Recentemente, em entrevista concedida aos jornalistas que acompanharam a senhora Indira Gandhi, primeira ministra da Índia, que acaba de visitar Georgetown, o primeiro ministro Burnham declarou textualmente que: “era um homem de esquerda, porém não era comunista nem também anti comunista”. Interrogado sobre se estaria disposto a aproximar-se novamente de Cheddi Jagan, respondeu que não podia mais trabalhar com um homem que justificou a intervenção soviética na Tcheco-Eslováquia e que visava apenas a sua projeção internacional como líder marxista.

Mesmo diante das declarações dos líderes políticos, os processos eleitorais antes da independência demonstravam equilíbrio, ainda que a existência de dois partidos tão adversos deixasse esse processo conturbado. No entanto, o PPP manteve, por um longo período, sua parcela de poder mediante os assentos que conquistava.

Contudo, em 1964, o PNC aliou-se ao partido *United Force* (UF), liderado por Peter D’Aguiar, conquistando sua primeira vitória nas eleições. Essa vitória representou o estabelecimento de uma política mais moderada, trazendo estabilidade para a colônia afastando o governo das hostes comunistas. Com o apoio britânico, Burnham conseguiu pleitear a emancipação da colônia. Como dito anteriormente, a independência da Guyana Inglesa foi concedida em 26 de maio de 1966. A partir daí o país começa a se preparar para sua primeira eleição marcada para 16 dezembro de 1968.

Desde 1959, o PNC buscou organizar um grupo que lutasse como uma frente unida para combater as políticas e a gestão do PPP. Esse grupo visava incluir portugueses, chineses e ameríndios, para juntamente com a etnia africana ir contra os indianos e seus adeptos. Esse plano foi frustrado quando a classe portuguesa, financeiramente próspera, recusou apoiar Burnham e seu partido. Entretanto, ao final de

1959, um grupo de empresários portugueses se opuseram ao PPP, formando uma aliança que buscava uma estratégia para impedir a vitória do partido oposto em 1961.

Isso resultou em um novo partido, a UF, que foi fundamental no decorrer do processo político da Guyana, surgindo como uma “terceira força” na política, sob a liderança do empresário Peter D’Aguiar. A princípio, houve tentativas do UF para unificação com o PNC; as tentativas não tiveram bons resultados. Por isso, Peter D’Aguiar anunciou seu novo partido, pró-capitalista, apresentando um problema ao PNC, que perdeu com isso financiamento e todos os planos de organizar uma frente contra o PPP.

A fundação do partido UF aumentou as visitas de anticomunistas americanos que foram responsáveis pelo financiamento dos oponentes aos PPP. Conforme afirmação de Castro (1968, n 9), Peter D’Aguiar fundou em novembro de 1960, o terceiro partido mais influente da Guyana, U.F. O líder do partido era católico e descendente de portugueses, bem como representante da alta burguesia, dono de empresas de rum e de refrigerantes e fervoroso anticomunista.

Por sua vez, os três grupos que apoiavam o UF eram: um pequeno grupo formado por portugueses, ameríndios influenciados pela igreja católica e os negros constituintes da classe média (Telegramas recebidos da Embaixada Brasileira em Georgetown, 1968. N. 9).

O UF se estabeleceu como um partido minoritário, mas detentor de influência econômica, principalmente no processo político eleitoral da Guyana. Segundo o relator dos telegramas descritos, nenhum dos partidos, PPP e PNC, operantes no país conseguiriam governar sem o apoio e coalizão do UF, que representava o verdadeiro balanço de poder na política interna da Guyana.

Em determinado período, os líderes do PNC e UF se opuseram a independência da colônia, pois não lhes era favorável no momento. Porém, anos depois ambos se uniram na luta pela emancipação da colônia. Por sua vez, Jagan apesar de declarar seu apoio à independência, necessitava da intervenção do governo britânico para algumas medidas que foram tomadas contra seu partido, como detenção de alguns dos seus correligionários. Tanto o governo do PNC-UF quanto o governo britânico se recusaram em aceitar qualquer demanda de Jagan. Consequentemente, houve tentativas do PPP para boicotar a independência do país (ISHMAEL, 2013, n.179).

No início do ano 1966, houve as primeiras preparações para a independência, com a criação do brasão que passaria a ser usado, assim como as cores da nova bandeira e o novo nome que seria adaptado para a ex-colônia. A Guyana tornou-se nação emancipada em 26 de maio daquele ano, com a retirada do símbolo britânico e a elevação da nova bandeira. Durante a cerimônia desse ato solene, Burnham e Jagan fizeram seus pronunciamentos, ambos manifestando um discurso oposto ao outro, com o intuito de incutir suas ideologias, dando início ao que se tornou uma luta pelo poder interno do mais novo país independente.

Durante todo o processo de construção política na Guyana destaca-se um episódio que teve transcendental importância na vida política do país e que repercutiu intensamente nos meios políticos e partidários. Se trata da assinatura de um documento histórico assinado pelos três líderes dos partidos PPP, PNC e UF declarando que na impossibilidade de um acordo sobre a nova constituição, confiava poderes às autoridades britânicas para resolverem diversas questões suscitadas pelo novo diploma constitucional. Isso ocorreu em 1963 e foi entregue em Londres ao secretário britânico das colônias, senhor Duncan Sandys (CASTRO, 1968).

Utilizando desse artifício, o secretário britânico das colônias beneficiou exclusivamente a oposição do PPP, cujas teses principais foram endossadas pelo representante do governo inglês. Para Jagan, esse ato representou a maior derrota da sua vida partidária. Esse benefício foi o estabelecimento do sistema eleitoral da representação proporcional, o que significou que haveria apenas uma assembleia parlamentar, seria mantido o limite mínimo de 21 anos para o exercício do voto e a realização das eleições a curto prazo.

Dessa forma, essa medida neutralizou por completo o grande potencial do eleitorado do PPP, possibilitando que partidos como o UF tivesse chance de vitória e influenciou diretamente nas eleições de 1964, quando ascendeu ao poder o governo de coalisão entre PNC e UF.

O relator em um dos ofícios entregues à Secretaria de Relações Exteriores do Brasil envia as porcentagens das principais eleições gerais ocorridas desde 1957, ano em que os partidos PPP e PNC disputaram separadamente pela primeira vez, até as últimas eleições do país antes da independência. Nos relatos os seguintes resultados percentuais obtidos pelas três maiores facções partidárias, PPP, PNC e UF, nas contendas eleitorais

efetuadas na Guyana demonstram que o partido PPP de Jagan obteve maior porcentagem de votos.

Tabela 1 - Eleições de 1957, 1961 e 1964

<u>Partidos</u>	<u>1957</u>	<u>1961</u>	<u>1964</u>
P.P.P.(Jagan)	47%	43%	46%
P.P.P.(Burnham)	25%	-	-
P.N.C.	-	41%	40,5%
U.F.	-	16%	12%

Fonte: Telegramas oficiais, 1968.

Esse quadro é a representação dos fatos marcantes na construção da política interna do país, antes da independência que refletirá na primeira eleição geral do então país emancipado. Considerando todos os fatos marcantes do processo político-eleitoral da Guyana através das primeiras impressões de Raymundo Loyola de Castro sobre a situação política do país, foram analisados no presente texto, o período anterior à descolonização, onde a Guerra Fria se torna fundamental para a Guyana. Em seguida, foi realizado uma retrospectiva das tendências e características marcantes do processo seguido pela política interna do país que explicam as eleições do período de 1968, recorte temporal deste trabalho.

Tendo em vista que a formação dos partidos ocorreu quando o país ainda era controlado pelos britânicos, se tornou um fator determinante para a emancipação da colônia. Como observado no decorrer deste texto, tanto a construção da nação quanto a vida política da Guyana foram marcadas por elementos raciais e étnicos que fizeram parte da história do país.

Esse proselitismo racial presente na política interna guyanense influenciará as decisões políticas e partidárias e foram decisivos nas eleições gerais de 1968.

Considerações finais

Como observado ao longo da argumentação, a independência da Guyana preocupa a diplomacia brasileira da época, pois o mundo experimentava o processo de descolonização em plena Guerra Fria e o medo do comunismo era fato real para os agentes políticos do ocidente capitalista.

A ex-colônia britânica, localizada na fronteira mais setentrional do Brasil, inspirava receios no governo brasileiro. O desejo era o de compreender os desenlaces da política interna guyanense e a ascensão dos grupos marxistas para compor um futuro governo no mais recente país caribenho.

Com a articulação britânica no processo de emancipação guyanense, com o interesse de isolar influências soviéticas, consolida-se um jogo eleitoral e político fundado em questões étnicas raciais, só muito epidermicamente valorizando quesitos ideológicos. Estes concorreram para dar plástica aos discursos e à prática dos embates pelo poder.

Referências

CASTRO, Raymundo Nonato Loyola de. **Telegramas recebidos da Embaixada em Georgetown**. 1968. Guyana. DAm/600 (6li); Secretaria de Estado das Relações Exteriores; Assunto: Eleições gerais na Guyana; manifesto do P.P.P.: 10/12/1968. N. 57.

EMBAIXADA BRASIELIRA EM WASHINGTON. 1968 (Governo). **Telegramas recebidos da Embaixada em Washington**. DAm/600 (6li); Secretaria de Estado das Relações Exteriores; Assunto: Situação da Guiana Inglesa. 24.672. Data: 16/05/1968.

GUYANA: 1968 (Governo). **Telegramas recebidos da Embaixada em Georgetown**. DAm/600 (6li); Secretaria de Estado das Relações Exteriores; Assunto: Política Interna da Guyana Inglesa: Perspectivas eleitorais. Data: 15/10/1968 N. 9.

ISHMAEL, Odeen. **The General Election of 1953**. The Guyana Story (From Earliest Time to Independence). Guyana: Guyana News and Informantion, 2013c. Disponível em: < <http://www.guyana.org/features/guyanastory/chapter128.html>> Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

LIMA, Erick Cavalcanti Linhares. **Política Externa do vizinho distante: estudo de caso da República Cooperativa da Guiana**. 2011. 171p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional) – DINTER, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

LYRA JUNIOR, Américo Alves de. Cinema e relações internacionais: Dr. Strangelove e as relações internacionais da Guerra Fria. In: CHAGAS, Rodrigo (Org.). **Cinema, educação & arte**. Boa Vista: editora da UFRR, 2013, p. 149-165.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: A luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003, 1151 p. Disponível em:<http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em : 07, mar. 2016.

Recebido em: 01 de junho de 2017.

Aprovado em: 30 de julho de 2017.